

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Documento de Formalização da Demanda 358/2025

Número do Documento de Formalização da Demanda: 358/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
SEÇÃO DE IMAGENOLOGIA	31/12/2025 00:00	112408	LUIZ ANTONIO RIVERA COSTA JUNIOR

Descrição sucinta do objeto

Serviço de Telerradiologia com todas as funcionalidades e suporte de transmissão de dados e imagens radiológicas para exames de radiologia geral e especializada, ressonância, tomografia e mamografia.

Justificativa da prioridade

Necessidade suplementar e complementar do serviço de assistência à saúde de radiodiagnóstico prestado diretamente pela Seção de Imagenologia do HFA a todos os usuários definidos no Decreto 8.422 de 20 de março de 2015, no que tange as demandas de laudos médicos de ressonância magnética, tomografia computadorizada, raios-x geral e mamografia que ultrapassem a capacidade técnica e /ou operacional do HFA de prestá-las diretamente.

2. Justificativa de Necessidade



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, SAÚDE, DESPORTO E PROJETOS SOCIAIS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

DIVISÃO	UNIDADE SOLICITANTE	RESPONSÁVEL PELA REQUISIÇÃO	MEIOS DE CONTATO
Divisão de Medicina	Seção de Imagenologia	SILVIA CARVALHO DE SOUZA Capitão de Fragata (Md)	E-MAIL: silvia.souza@hfa.mil.br Telefone/Ramal: 3966-2005

PROCESSOS RELACIONADOS	OBSERVAÇÕES
60550.005730/2024-88 (Anulado); e 60550.024764/2025-52 (Atual)	Foi solicitado inclusão no PAC/25 (em execução), considerando a anulação do certame anterior (Id. 8283737), e no pedido da Seção Requisitante (Id. 8292471).

2.1. Objeto

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de telerradiologia com o propósito de emissão de laudos médicos dos exames radiológicos com todas as funcionalidades e suportes relacionados a transmissão de dados e imagens radiológicas em formato DICOM (Digital Imaging and Communications in Medicine),

incluindo instalação e cessão de licenças de softwares, implantação, inserção do laudo médico nos sistemas de software da Contratante, configuração e garantias, composta de Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens Médicas e Laudos registrado na ANVISA, conforme nº RDC 751 de setembro de 2022 (PACS - *Picture Archiving and Communication System*), com a infraestrutura tecnológica apropriada às normas técnicas e éticas do Conselho Federal de Medicina, conforme Resolução CFM nº 2.107/2014, com preposto da contratada no local do serviço (HFA) para os procedimentos de envio dos dados e imagens e inclusão do laudo médico nos sistemas de software da Contratante, por conta da contratada, no prazo de 05 (cinco) anos, prorrogável na forma da Lei 14.133/21, para atender o Hospital das Forças Armadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas abaixo.

Por fim, tal solicitação consta no Processo SEI 60550.024764/2025-52, cuja Parte nº 577 (Id. 8292471) solicitou autorização para aquisição do referido serviço às autoridades competentes do Órgão. Após deferimento, a Seção Requisitante iniciará a confecção dos Artefatos Digitais correspondentes na Fase de Planejamento, como é o caso deste DFD.

2.2. Itens do Objeto a serem contratados com seus respectivos quantitativos:

Será apresentado com maior riqueza de detalhes no ETP e TR

2.3. Justificativa:

A presente solicitação destina suprir a necessidade suplementar e complementar do serviço de assistência à saúde de radiodiagnóstico prestado diretamente pela Seção de Imagenologia do HFA a todos os usuários definidos no Decreto 8.422 de 20 de março de 2015, no que tange as demandas de laudos médicos de ressonância magnética, tomografia computadorizada, raios-x geral e mamografia que ultrapassem a capacidade técnica e/ou operacional do HFA de prestá-las diretamente.

O Hospital das Forças Armadas é um hospital de nível terciário em saúde e tem como competência prestar assistência médico-hospitalar de alta e média complexidade aos militares, aos usuários dos Fundos de Saúde das Forças Armadas, aos Servidores da administração central do Ministério da Defesa e outros, conforme Decreto 8.422 de 20 de março de 2015, além de representar o último elo na cadeia de evacuação das Forças Armadas em Brasília e Estados vizinhos onde se encontram os mais diversos órgãos militares.

O parque de equipamentos médicos da Seção de Imagenologia do HFA é composto por diversos aparelhos radiológicos modernos e de alta tecnologia, dentre eles: um aparelho de ressonância magnética modelo HD29 1.5 Tesla SIGNA HDxt SIGNA Works Edition recém modernizado (60550.019797/2021-57), um aparelho de tomografia computadorizada multislice light speed VCT 64 canais, dois aparelhos digitais de raios-x geral modelo DR 400 e um aparelho de mamografia digital modelo Mammomat Inspiration. A Seção de Imagenologia do HFA funciona todos os dias durante 24 horas atendendo as demandas de emergência, urgência, internados e ambulatório. Com isso a produção média de exames radiológicos atinge em média a monta mensal de 400 exames de mamografia, 600 exames de ressonância, 1.150 exames de tomografia computadorizada e 2.200 exames de raios-x geral. Ademais, os equipamentos supracitados da Seção de Imagenologia do HFA além de realizar os exames de rotina conhecidos na área de radiologia e diagnóstico por imagem, são capazes de realizar exames especiais para identificar patologias específicas, como são, por exemplo, os exames de ressonância multiparamétrica de próstata e de fígado para quantificação de ferro, angiogramografia de coronárias, angiogramografias em geral, mamografias e etc.

2.4. Motivação:

Nesse contexto de alta quantidade de exames produzidos e de demandas por capacidades médicas especialíssimas, o HFA possui por meio de edital de credenciamento um convênio para o serviço de telerradiologia desde julho de 2018, conforme contrato NUP 1229097, no procedimento 60550.007511/2018-95, no contrato NUP 6561054, SEI 60550.026951/2023-17 e atualmente novo contrato NUP 7982141, SEI 60550.013256/2025-49, cuja vigência é de 12 (doze) meses, a partir de 9 de maio de 2025, com previsão de 12 (doze) meses de contrato, com de rescisão amigável após a conclusão do processo licitatório. Em paralelo, a Seção de Imagenologia do HFA permanece com o quadro efetivo de médicos radiologistas em quantidade insuficiente para atender a todas as essas demandas. A Seção de Imagenologia do HFA possui 02 (dois) médicos radiologistas de carreira militar, 05 (cinco) médicos radiologistas do quadro permanente de servidores civis e 09 (nove) médicos radiologistas do quadro de militares temporário das Forças Armadas. Demais disso, na Seção de Imagenologia do HFA funciona o Programa de Residência Médica em Radiologia e Diagnóstico por Imagem e o Programa de Instrução em Serviço (PIS) (NUP 60550.000747/2023-68), sendo necessário, para a instrução dos residentes, a ministração de aulas, aplicação de provas, bem como acompanhamento na realização de todos os exames o que acarreta uma redução significativa de produção de laudos pela equipe médica com registro de qualificação de especialista (RQE) que precisa cumprir os cronogramas do programa de residência (Planos de Trabalho Id. 6113068 e Id. 6110387)

Assim, a necessidade de contratação de serviço médico de telerradiologia se justifica para suprir a demanda de laudos de exames de ressonância magnética; tomografia computadorizada; raios-x geral; e mamografia que ultrapassem a capacidade técnica e/ou operacional do HFA de prestá-las diretamente.

Vale salientar que essa contratação se faz necessária, a fim de possibilitar a estabilidade de produção no serviço de radiodiagnóstico do Hospital das Forças Armadas no que diz respeito a capacidade de realização dos exames radiológicos e elaboração de laudos médicos em prazo condizente com as necessidades dos pacientes, conforme vem ocorrendo com a prestação do serviço suplementar e complementar de assistência à saúde de radiodiagnóstico pelo convênio firmado no procedimento NUP 1229097 (SEI 60550.007511/2018-95), no contrato NUP 6561054 (SEI 60550.026951/2023-17) e atualmente novo contrato NUP 7982141 (SEI 60550.013256/2025-49). Isso posto, o Hospital prestará o serviço de radiodiagnóstico acompanhados dos correspondentes laudos no tempo adequado (3 a 8 dias úteis), sem os quais inviabilizaria a eficiência do serviço no que diz respeito a urgência de decisão sobre o adequado tratamento dos pacientes, além inviabilizar a própria realização dos exames radiológicos nas mesmas quantidades atuais.

2.5. Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:

2.5.1. Estabilidade de produção no serviço de radiodiagnóstico do HFA no que diz respeito a capacidade de realização dos exames radiológicos e elaboração de laudos médicos em prazo condizente com as necessidades dos pacientes.

2.5.2. Expansão da produtividade. Trará também economia de recursos financeiros na medida que os exames radiológicos continuarão a serem realizados diretamente pelo HFA e evitando encaminhamentos dos pacientes para realizar o exame na rede privada (OCS).

2.6. Conexão entre a aquisição e o planejamento existente:

A contratação alinha-se com o objetivo institucional e de gestão do HFA no intuito de manter, de forma ininterrupta e eficiente, o serviço de assistência médico-hospitalar de alta e média complexidade, buscando ofertar aos usuários do HFA um serviço de qualidade, visando a excelência no atendimento e no cuidado prestado aos seus pacientes. Além disso, cumprirá o objetivo a que se destina, qual seja, oferecer serviços que atendam e superem as expectativas dos usuários, com eficiência, eficácia e efetividade. Foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes do art. 16, inciso I e II, e § 1º incisos I e II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e art. 72, IV da Lei nº 14.133/21.

2.7. Especificações Técnicas:

O serviço de telerradiologia é permanente e caracterizado por sucessivas prestações conforme a demanda do público pelos exames radiológicos no hospital, portanto, trata-se de serviço contínuo para manter as atividades de saúde prestadas pelo HFA. A contratada deverá ter sede em território nacional e comprovar habilitação técnico-profissional por meio de apresentação de certificados profissionais e títulos de especialistas exigidos no Termo de Referência e/ou Edital devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina e um diretor técnico com registro de qualificação de especialista (RQE) responsável técnico pelo serviço, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, conforme art. 11, § 2º da Resolução CFM nº 2.107/2014 e Resolução CFM nº 2.114/2014. Deverá, também, comprovar que possui capacidade técnico-operacional por meio de certidão ou atestado emitido pelo Conselho Regional de Medicina ou Colégio Brasileiro de Radiologia ou por pessoa jurídica de direito público ou privado ou por meio dos documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/21 que demonstrem que o licitante tenha executado serviços de telerradiologia nos moldes da Resolução CFM nº 2.107/2014 pelo prazo mínimo de 2 anos, conforme art. 67, § 5º da Lei 14.133/21.

2.8. Quantitativo de serviço demandado, que deve se pautar no histórico de utilização do serviço pelo órgão ou em dados demonstrativos da perspectiva futura da demanda:

O quantitativo do serviço objeto do DFD, que será descrito no TR, é planejado nas demandas nos últimos anos por exames radiológicos, conforme as planilhas estatísticas em anexo ao TR, em cotejo com o quadro de médicos especialistas e suas capacidades técnicas descritas no item 2.4 deste DFD e além disso com o histórico de quantitativos de laudos emitidos pela conveniada em serviço de telerradiologia credenciada nos autos NUP 1229097 (SEI 60550.007511/2018-95), no contrato NUP 6561054 (SEI 60550.026951/2023-17) e atualmente novo contrato NUP 7982141 (SEI 60550.013256/2025-49), de modo a manter, com possibilidade de aumentar, a produtividade do serviço de radiodiagnóstico prestado a todos os usuários do HFA.

2.9. Dimensionamento do serviço com descrição da demanda:

Serviço de telerradiologia com o propósito de emissão de laudos médicos dos exames de radiologia e diagnóstico por imagem com todas as funcionalidades e suportes relacionados a transmissão de dados e imagens radiológicas em formato DICOM (*Digital Imaging and Communications in Medicine* implantação), incluindo instalação e cessão de licenças de softwares,, inserção do laudo médico nos sistemas de software da Contratante, configuração e garantias, composta de Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens Médicas e Laudos registrado na ANVISA, conforme nº RDC 751 de setembro de 2022 (PACS - *Picture Archiving and Communication System*), com a infraestrutura tecnológica apropriada às normas técnicas e éticas do Conselho Federal de Medicina, conforme Resolução CFM nº 2.107/2014, com preposto da contratada no local do serviço (HFA) para os procedimentos de envio dos dados e imagens e inclusão do laudo médico nos sistemas de software da Contratante, por conta da contratada, pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogável na forma da lei 14.133/21, para manter, com possibilidade de aumentar, a produtividade do serviço de radiodiagnóstico prestado a todos os usuários do HFA.

Haverá agrupamento de itens em lote único. Isso porque, o parcelamento acarreta perda da eficiência econômica, pois, como se infere, haverá custos fixos da contratada para cumprir com o contrato de modo que se houver a prestação por fornecedor único haverá redução dos preços ofertados pelo ganho de escala. Além disso, o parcelamento é prejudicial ao controle de sigilo e guarda das informações pessoais consideradas sensíveis no caso, pois a medida que se dissipa as informações em vários PACS e operadores torna-se mais vulnerável a segurança. Ademais, contratar o serviço com o objeto homogêneo é a solução mais eficiente para garantir a perfeita execução do contrato na medida que facilita a equipe de fiscalização controlar os prazos, segurança e a qualidade do serviço.

2.10. Critérios ambientais adotados:

2.10.1. Os critérios de sustentabilidade exigidos neste Processo estão de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 14.133/21; no Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 5º do Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012; Art. 5º do Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010; Incisos II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010; Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e subsidiariamente a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000.

2.10.2. A contratada deverá fazer o descarte de materiais em observância à política de responsabilidade ambiental do governo federal; A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene, e de segurança do trabalho de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

2.10.3. A contratada deverá fornecer, aos empregados, os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

2.10.4. São diretrizes básicas de sustentabilidade aplicadas ao objeto deste DFD:

- a) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- b) A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o Art. 5º da Lei nº. 14.133/21 e com o Art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010;
- c) Aplicar, no que couber, as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;
- d) Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;e
- e) Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

2.11. Referências a estudos preliminares, se houver:

2.12. Indicar se a contratação será feita por licitação, dispensa ou inexigibilidade:

Licitação na modalidade pregão na forma da Lei 14.133/21.

Por fim, o objetivo principal visado pela administração do Hospital das Forças Armadas é estabelecer ações para manter, com possibilidade de aumentar, a produtividade do serviço de radiodiagnóstico prestado a todos os usuários do HFA, por meio de serviço de telerradiologia como apoio suplementar e complementar de assistência à saúde de radiodiagnóstico prestado por empresa qualificada nos moldes da Resolução CFM nº 2.107/2014.

2.13. Previsão de Data e Forma de Prestação do Serviço:

Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços será ao final da vigência da contratação (maio/26), com previsão de rescisão amigável após a conclusão do processo licitatório, conforme contrato de credenciamento (Contrato 126/2025 - Id. 7982141, SEI 60550.013256/2025-49).

3.2. Descrição das tarefas a serem desenvolvidas pela contratada:

A partir da data de início do contrato, a Contratada deverá disponibilizar o serviço de telerradiologia com o propósito de emissão de laudos médicos na forma da Resolução CFM nº 2.107/2014 para todos os exames descritos no ETP e Termo de Referência e todas as funcionalidades, instalação e suportes relacionados a

transmissão de dados e imagens radiológicas em formato DICOM (*Digital Imaging and Communications in Medicine*), incluindo os softwares, composta de Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens Médicas e Laudos registrado na ANVISA, conforme nº RDC 751 de setembro de 2022 (PACS - Picture Archiving and Communication System), bem como o preposto da contratada no local do serviço (HFA) para os procedimentos de envio dos dados e imagens e inclusão do laudo médico nos sistemas de software da Contratante.

O serviço de telerradiologia para exames de origem ambulatorial deverá: ser prestado no prazo máximo de 96 horas; os laudos de exames de pacientes internados no prazo máximo de 24 horas (ambos a contar da comunicação pela Contratante à Contratada por meio do responsável indicado pela empresa); emitir laudo comparativo com exames anteriores mesmo que não tenham sido realizados no HFA, especialmente dos exames mamografia, no prazo de 120 horas.

A Contratada será informada dos nomes dos pacientes e dos exames que a contratante requer o serviço de telerradiologia. A partir da solicitação da Contratante, a Contratada deverá transmitir os dados, documentos e imagens radiológicas para o PACS e posteriormente inserir o laudo médico nos sistemas de software da Contratante. Os laudos disponibilizados devem possuir formatação em PDF ou outro formato aprovado pelo HFA.

A Contratada deverá emitir os laudos dos exames radiológicos com os dados obrigatórios do artigo 2º da Resolução CFM 2.299/2021, bem como a assinatura digital qualificada, padrão ICP-Brasil, com Nível de Garantia de Segurança do art. 8º da Lei 14.063/2020), por profissionais médicos que possuam registro de qualificação de especialista (RQE) na área relacionada ao exame/procedimento de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, constando o número do registro profissional médico (CRM), dos médicos envolvidos no atendimento e da pessoa jurídica prestadora de serviço remoto, conforme Resolução CFM nº 2.107/2014; Resolução CFM nº 2.330/2023; art. 8º da Resolução CFM 2.314/2022 e art. 4º da Resolução CFM 2.299/2021.

Caso solicitado pela Contratante a Contratada deverá realizar o treinamento e capacitação de todos os agentes públicos envolvidos na realização dos exames para operar o sistema PACS e manipular com as as imagens DICOM sem custo adicional para o Contratante.

A Contratada deverá emitir um relatório mensal do quantitativo de atendimentos com o nome dos pacientes e o timbre da empresa, assinada pelo diretor técnico responsável. A lista de atendimentos deverá ser nominal em formato digital, até o dia 5 do mês subsequente a competência de realização do serviço e deverá conter todos os dados dos pacientes, os exames que foram emitidos o laudo, a quantidade de laudos e a data do pedido e transmissão do laudo (Relatório Consolidado de Medição). A Contratada deverá disponibilizar relatório em exibição na tela do PACS. Esse sistema deverá detalhar os pacientes com laudo assinado e seus tipos de exames, detalhando horário do cadastro e horário do laudo. Deverá fornecer um status dos exames com acompanhamento dos cadastros realizados no sistema, separados em seus diferentes status (ambulatorio; internado) bem como: registrados, assinados, laudo comparativo, em espera e principalmente críticos;

Os atendimentos ocorrerão no horário preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 07 horas às 19 horas, salvo em casos de pacientes internados que deverá ocorrer em feriados, sábados e domingos;

A Contratada deverá garantir o sigilo dos dados, imagens e laudos dos serviços, conforme 13.709/2018 (LGPD) e Lei 12.527/2011. A Contratada deverá realizar a troca de informação e garantir a guarda e armazenamento das imagens e laudos dos serviços executados em nível de garantia de segurança estabelecidos no Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde, conforme Resolução CFM nº 1.821, de 11 de julho de 2007.

Para a perfeita execução dos serviços de telerradiologia, a Contratada deverá disponibilizar a estrutura tecnológica, softwares, hardwares em TI ou em nuvem e os materiais, equipamentos e ferramentas necessários para transmitir e enviar toda informação necessária ao serviço, promovendo sua substituição quando necessário, em regime de comodato, sem custo para a Contratante.

A Contratada deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, conforme a Lei 13.709/18 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Caso as instalações, cuja necessidade implique na retirada de placas/peças/partes de equipamentos do HFA para o laboratório da empresa contratada, deverá o seu representante assinar o Termo de Responsabilidade na retirada do bem patrimonial e o Relatório Técnico.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	Serviços Científicos E Outros Serviços Técnicos	Perícia, Laudo e Avaliação	1,00	4.579.014,00	4.579.014,00

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
gov.br SILVIA CARVALHO DE SOUZA
Data: 01/10/2025 12:09:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SILVIA CARVALHO DE SOUZA
Chefe da Seção de Imagenologia do HFA

Documento assinado digitalmente
gov.br ELIANE VITALI DI VITO
Data: 08/10/2025 11:31:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br RAFAELLA DESIREE FUENTES
Data: 29/09/2025 10:37:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

5. Acompanhamento

IdAcompanhamento	Responsável	Data
1 Não foi possível prever, total ou parcialmente, a necessidade da contratação, quando da elaboração do PAC (§2º, do	LUIZ ANTONIO RIVERA	18/09/2025

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.